

19/11/2013

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 118.255 PARANÁ

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S)	: ADRIANO ALCIDES PEREIRA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. PENAL MILITAR. PACIENTE CONDENADO PELO CRIME DE DESERÇÃO. ABSOLVIÇÃO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. RAZOÁVEL GRAU DE REPROVABILIDADE DA CONDUTA. ORDEM DENEGADA.

I – A aplicação do princípio da insignificância, de modo a tornar a conduta atípica, exige, além da pequena expressão econômica dos bens que foram objeto de subtração, um reduzido grau de reprovabilidade da conduta do agente.

II – É relevante e reprovável a conduta de um militar que abandona o serviço militar, apesar do dever de cumpri-lo até seu desligamento na forma legalmente estabelecida, o que demonstra desrespeito às leis e às instituições castrenses de seu País.

III – O crime de deserção ofende aos princípios da hierarquia e da disciplina, preceitos constitucionais sobre os quais se fundam as Forças Armadas, constituindo a ausência injustificada de militares ilícito penal, na medida em que a ofensa ao bem jurídico tem impacto direto sobre o efetivo militar e as bases de organização das Forças Armadas.

IV – A aplicação do referido instituto, na espécie, poderia representar um verdadeiro estímulo à prática deste delito, já bastante comum na Justiça Militar, o que contribuiria para frustrar o interesse da instituição castrense em contar com o efetivo previsto em lei.

V – Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da

HC 118255 / PR

Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por votação unânime, denegar a ordem, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 19 de novembro de 2013.

RICARDO LEWANDOWSKI – RELATOR

19/11/2013

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 118.255 PARANÁ

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S)	: ADRIANO ALCIDES PEREIRA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO **RICARDO LEWANDOWSKI** (RELATOR): Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, impetrado pela Defensoria Pública da União, em favor de **ADRIANO ALCIDES PEREIRA**, contra decisão do Superior Tribunal Militar, que negou provimento ao apelo.

A impetrante narra, de início, que o paciente foi condenado pelo Conselho Permanente de Justiça para o Exército da Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar à pena de seis meses de detenção pela prática do delito previsto no art. 187 do Código Penal Militar (deserção)¹, por ter se afastado por oito dias, sem autorização, do serviço militar obrigatório que prestava.

Relata, em seguida, que apelou da sentença condenatória para o Superior Tribunal Militar, que negou provimento ao recurso, em acórdão assim ementado:

*“APELAÇÃO. DESERÇÃO. ESTADO DE NECESSIDADE.
Não se justifica a prática do crime de deserção em razão do
temor de sofrer punição disciplinar.
Estado de necessidade não comprovado, por não haver elemento*

1 Art. 187. Ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de 8 (oito) dias:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a dois anos; se oficial, a pena é agravada.

HC 118255 / PR

caracterizador e por estar desacompanhado de provas, de acordo com a Súmula 3 do STM.

Não há como aplicar uma punição administrativa disciplinar, quando presentes todos os elementos do crime de deserção (art. 187 do CPM), uma vez que a conduta adquire relevância penal.

Apelo desprovido. Unânime”.

É contra o acórdão da Corte castrense que se insurge a impetrante.

Sustenta, em síntese, que a conduta praticada pelo paciente é desprovida de tipicidade material, em virtude da incidência dos princípios da intervenção mínima, de proporcionalidade e de subsidiariedade, ou seja, *“trata-se de comportamento alcançado pelos princípios da insignificância e da irrelevância penal”* (grifos no original).

Alega, a propósito, estarem presentes todas as circunstâncias objetivas assentadas por esta Corte para a incidência do princípio da bagatela.

Argumenta, também, que a atitude do paciente foi praticada sem violência e grave ameaça, não sendo essa conduta apta a lesar concretamente o bem jurídico tutelado pelo tipo penal.

Destaca, em reforço, que o paciente não era militar de carreira, mas, sim, um jovem de 19 anos de idade, prestador do serviço militar obrigatório.

Assevera, outrossim, que, ao ausentar-se – de forma desautorizada – da unidade em que servia, o paciente não causou nenhum comprometimento ao funcionamento ou à segurança da organização militar. Acrescenta que a conduta atribuída ao paciente não demonstra tamanha gravidade a ponto de ser considerada crime, uma vez que é insignificante para o Direito Penal.

HC 118255 / PR

Ressalta, no entanto, que essa conduta é passível de reprimenda no âmbito administrativo, visto que a Administração Pública Militar dispõe dos meios necessários à solução do caso, mediante a aplicação do Regulamento Disciplinar do Exército.

Anota, em acréscimo, que a instância administrativa se revela mais célere, efetiva e imediata para a resolução do caso em apreço, em virtude da natureza eminentemente administrativa da conduta praticada pelo paciente.

Requer, ao final, a concessão da medida liminar para que seja determinada a suspensão dos efeitos da sentença condenatória, sobrestando-se o início da execução da reprimenda imposta até o julgamento definitivo desta impetração.

No mérito, pede a concessão definitiva da ordem, para que seja desconstituído o título condenatório formado em desfavor do paciente.

Em 25/6/2013, indeferi a medida liminar e, por entender bem instruídos os autos, determinei fosse ouvido o Procurador-Geral da República.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Edson Oliveira de Almeida, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

19/11/2013

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 118.255 PARANÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR): Bem examinados os autos, tenho que o caso é de denegação da ordem.

A ementa do acórdão ora questionado foi assim redigida:

“APELAÇÃO. DESERÇÃO. ESTADO DE NECESSIDADE.

Não se justifica a prática do crime de deserção em razão do temor de sofrer punição disciplinar.

Estado de necessidade não comprovado, por não haver elemento caracterizador e por estar desacompanhado de provas, de acordo com a Súmula 3 do STM.

Não há como aplicar uma punição administrativa disciplinar, quando presentes todos os elementos do crime de deserção (art. 187 do CPM), uma vez que a conduta adquire relevância penal.

Apelo desprovido. Unânime”.

Conforme relatado, a impetrante sustenta, em síntese, a aplicação do princípio da insignificância ao crime de deserção cometido pelo paciente, ao argumento de que a conduta praticada seria desprovida de tipicidade material.

Inviável o argumento, todavia.

Como se sabe, a configuração do delito de bagatela, conforme têm entendido as duas Turmas deste Tribunal, exige a satisfação, de forma concomitante, de certos requisitos, quais sejam, a conduta minimamente ofensiva, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a lesão jurídica inexpressiva.

HC 118255 / PR

No caso sob exame, consta dos autos que o paciente foi condenado pelo Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 5ª CJM à pena de 6 meses de detenção pela prática do crime de deserção (art. 187 do Código Penal Militar), com o benefício do *sursis* pelo prazo de 2 anos e o direito de apelar em liberdade.

Não vejo como considerar reduzido o grau de reprovabilidade dessa conduta, de modo a absolver o paciente.

O crime de deserção, que consiste, em síntese, na ausência do militar – sem autorização – da unidade em que presta serviço militar, por tempo superior a oito dias, visa à tutela do serviço militar e do dever militar. Como bem assentou o Conselho sentenciante, o delito em comento

“ofende aos princípios da hierarquia e da disciplina, pilares constitucionais sobre os quais se erigem as Forças Armadas, constituindo, a ausência injustificada de militares, ilícito penal, na medida em que a ofensa ao bem jurídico tem impacto direto sobre o efetivo militar – que se busca proteger – e as bases de organização das Forças Armadas”.

Considero relevante e reprovável a conduta de um militar que abandona o serviço militar, apesar do dever de cumpri-lo até seu desligamento na forma legalmente estabelecida, o que demonstra desrespeito às leis e às instituições castrenses de seu País.

Logo, patente a violação dos princípios da hierarquia e da disciplina, não tenho como reconhecer a incidência do princípio da insignificância no caso sob exame. Conforme ressaltou a Ministra Cármen Lúcia, por ocasião do julgamento do HC 107.638/PE,

“o Supremo Tribunal admite a aplicação do Princípio da Insignificância na instância castrense, desde que, reunidos os pressupostos comuns a todos os delitos, não sejam comprometidas

HC 118255 / PR

a hierarquia e a disciplina exigidas dos integrantes das forças públicas e exista uma solução administrativo-disciplinar adequada para o ilícito” (grifos meus).

Nessa mesma esteira, menciono, entre outros, o HC 108.512/BA, Rel. Min. Luiz Fux; o HC 94.931/PR, Rel. Min. Ellen Gracie; e o HC 87.478/PA, Rel. Min. Eros Grau.

No que concerne à alegação de que a instância administrativa seria a mais adequada para a resolução do caso em apreço, tenho que não merece censura o acórdão impugnado. Eis o que asseverou o STM sobre o tema:

“Quanto ao argumento da defesa de que a punição do delito de deserção deveria ficar restrita à esfera administrativo-disciplinar, as provas dos autos atestam que a conduta contrariou norma penal, inscrita no art. 187 do CPM. O delito de deserção é crime propriamente militar, tendo como bem jurídico tutelado o serviço militar em especial, a hierarquia e a disciplina.

Se antes de transcorridos os 8 (oito) dias estipulados pelo dispositivo, o desertor for capturado ou se apresentar voluntariamente, este ficará sujeito à punição da esfera disciplinar. Somente neste caso. Se ultrapassar o prazo estipulado e o desertor não se apresentar, tampouco for capturado, a este aplicar-se-á a sanção penal”.

Irretocável, pois, o entendimento da Corte castrense.

Ressalte-se, por fim, que a aplicação do referido instituto, na espécie, poderia representar um verdadeiro estímulo à prática deste delito, já bastante comum na Justiça Militar, o que contribuiria para frustrar o interesse da instituição castrense em contar com o efetivo previsto em lei.

Ante o exposto, denego a ordem.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 118.255

PROCED. : PARANÁ

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

PACTE.(S) : ADRIANO ALCIDES PEREIRA

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Decisão: A Turma, por votação unânime, denegou a ordem, nos termos do voto do Relator. **2ª Turma**, 19.11.2013.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Teori Zavascki.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Ravena Siqueira
Secretária Substituta